



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

MURILO FREITAS

**IDENTIFICAÇÃO DO COMPLEXO DE SEGURANÇA DO MERCOSUL: A
ENTRADA DA VENEZUELA**

Florianópolis

2012

MURILO FREITAS

IDENTIFICAÇÃO DO COMPLEXO DE SEGURANÇA DO MERCOSUL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Relações Internacionais, da Universidade do
Sul de Santa Catarina, como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Santos da Costa

Florianópolis

2014

MURILO FREITAS

IDENTIFICAÇÃO DO COMPLEXO DE SEGURANÇA DO MERCOSUL

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de Novembro de 2013.

Prof. e orientador Dr. Rogério Santos da Costa
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.
Universidade do Sul de Santa Catarina

“Ao meu querido avô Domingos Freitas de Melo, aos meus pais Erivaldo Gentil da Conceição e Elizete Freitas de Melo que me despertaram o gosto pelo estudo, e a minha amada namorada Samara Weber, que faz a minha vida especial.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer especialmente a meu orientador, Prof.Msc. João Batista, cuja valiosa experiência contribui para este trabalho e também para minha formação acadêmica como um todo, e aos demais professores do curso de Relações Internacionais, que de maneira direta ou indireta contribuiriam de alguma forma para minha formação acadêmica e profissional.

Um especial agradecimento a minha família, que me acolheu e ajudou durante toda a graduação e sem os quais esta trajetória não teria sido possível de ser superada.

A minha namorada Samara Weber, amor da minha vida,que sempre esteve ao meu lado durante essa última caminhada na graduação, demonstrando paciência, apoio, compreensão, carinho e dedicação. Nutrindo incondicionalmente minha vida de conquistas.

Aos meus pais Erivaldo Gentil da Conceição e Elizete Freitas de Melo e ao meu avô Domingos Freitas de Melo pelo carinho, confiança e apoio incondicionais fornecidos durante toda minha existência, os quais fomentam minha dedicação e força na concretização de meus sonhos. Aos meus amigos, que mesmo tão distantes tornam-se presentes em cada momento especial que vivencio.

“Para o lucro do triunfo sempre foi indispensável passar pela senda dos sacrifícios.”

(Símon Bolívar).

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais é responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como o Realismo Ofensivo pode explicar a postura dos atores no caso do ingresso da Venezuela ao MERCOSUL? Trata-se de pesquisa quantitativa partindo do paradigma teórico realista ofensivo. A pesquisa teve como objetivos específicos: a) Mensurar o poder pressuposto de cada um dos Estados do bloco; b) Mapear as relações de poder entre os Estados do bloco antes e depois da adesão da Venezuela e c) Entender à luz do Realismo Ofensivo a postura de cada um dos atores no processo de adesão da Venezuela. Os resultados apontaram que há entre os países analisados uma balança de poder unipolar, com relações assimétricas entre os estados analisados e que por isso a postura do Brasil em pró da Venezuela em detrimento do Paraguai pode ser explicada em função dos objetivos deste país.

Palavras-chave: MERCOSUL; Integração Sul-Americana; Entrada da Venezuela no MERCOSUL; Realismo Ofensivo; Quantificação de Poder.

RESUMEN

El objetivo de la terminación en Relaciones Internacionales es responder a la siguiente pregunta de investigación : ¿Cómo ofensivo Realismo puede explicar la posición de los actores en el caso de la adhesión de Venezuela al MERCOSUR ? Esta investigación cuantitativa a partir del paradigma realista ofensiva teórica. La investigación tuvo los siguientes objetivos : a) medir el supuesto poder de cada bloque de estados b) Asignación de relaciones de poder entre los estados de la cuadra antes y después de la adhesión de Venezuela y c) Comprender la luz de la postura de realismo ofensivo de cada uno de los actores en el proceso de adhesión de Venezuela . Los resultados mostraron que existen entre los países analizados a escala de poder unipolar a las relaciones asimétricas entre los Estados analizados y por lo tanto la posición de Brasil en favor de Venezuela en Paraguay puede ser explicado en términos de las metas de este país.

Palabras clave: MERCOSUR , La integración de América del Sur , La entrada de Venezuela en el MERCOSUR ; Realismo ofensivo ; Cuantificación del poder .

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Relações de poder entre os Estados analisados.....30

Mapa 2 - Relações de poder entre os Estados analisados antes da adesão da Venezuela e exclusão do Paraguai.....31

Mapa 3 - Relações de poder entre os Estados analisados depois da adesão da Venezuela e exclusão do Paraguai.....32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distinções entre as abordagens Ofensiva e Defensiva do Realismo Estrutural.....	17
Quadro 2 - Dinâmica dos relacionamentos entre atores por polaridade sistêmica.....	24
Quadro 3 - Aplicação da Fórmula de Cline Adaptada.....	27
Quadro 4 -Escala de Potência dos Estados Analisados.....	27
Quadro 5 -Ranking Índice $\frac{(A+B)}{2} \times 10000$	28
Quadro 6 -Ranking PIB PPP.....	29
Quadro 7 -Ranking Orçamento Militar (x10).....	29

LISTA DE FÓRMULAS

Fórmula de Cline - $P_p = (C+E+M) \times (S+W)$20

Fórmula de Fernandez - $PP = \left(\frac{(a+b)}{2} \times 10000\right) + PIB(PPP) + (omx10)$20

LISTA DE SIGLAS

EUA: Estados Unidos da América

LGP: LesserGreatPowers

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

PIB PPP: Produto Interno Bruto por Paridade do Poder de Compra

PP: Poder Pressuposto

SI: Sistema Internacional

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1.0.....	INTRODUÇÃO
161518	
1.1.....	METODOLOGIA
181720	
2.0REFERENCIAL	TEÓRICO
201922	
2.1.....	MERCOSUL
201922	
2.2SISTEMA	INTERNACIONAL
222024	
2.3SISTEMA	REGIONAL
252427	SUL AMERICANO
2.4POLARIZAÇÃO	DOS SISTEMAS INTERNACIONAIS
262528	
2.5REALISMO	ESTRUTURAL E REALISMO OFENSIVO
282730	
3.0ANÁLISE	POLÍTICA
313033	
4.0APRESENTAÇÃO	DOS DADOS
333235	
4.1FÓRMULA DE FERNANDEZ (2012) PARA QUANTIFICAÇÃO DE PODER	
333235	
4.2MAPA DAS RELAÇÕES DE PODER DE FILHO E COELHO (2008-2009)	
353437	
4.3MENSURAÇÃO DE PODER DOS ESTADOS DO MERCOSUL	
363538	

5.0MAPEAMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS DO
[424144](#)

6.0POSTURA DOS ATORES SEGUNDO O REALISMO OFENSIVO
[454447](#)

7.0CONSIDERAÇÕES FINAIS
[515054](#)

8.0..... REFERÊNCIAS
[525155](#)

1.0 INTRODUÇÃO

Este estudo parte da teoria do Realismo Estrutural. A escola de abordagem do Realismo Estrutural apresenta a política como função das grandes potências, com estas sendo entendidas como todas aquelas que conformam polos do sistema. Portanto no realismo estrutural a política é determinada pelos polossistêmicos (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001).

Dentre as singularidades da teoria do realismo estrutural está a dicotomia entre as abordagens ofensiva e defensiva no que tange à assertiva de que os estados só pretendem sobreviver e aumentar seu poder político. Esta dicotomia resulta em duas distintas abordagens ao Realismo Estrutural, a do Realismo Defensivo e a do Realismo Ofensivo (Petrollini, 2007). Neste estudo será empregada a abordagem do Realismo Ofensivo como base para a elaboração das análises.

O fim da era da Guerra-Fria nas relações internacionais, marcado pela bipolaridade e pela constante ameaça nuclear entre E.U.A. e a extinta U.R.S.S. apresentou um cenário de maior estabilidade e uma aparente ausência de grandes ameaças no Sistema Internacional. (Carneiro, 2008). Dentro desta conjuntura a guerra local passou a tomar vulto como potencial foco de distúrbios no Sistema Internacional (Almeida, 2008). A América do Sul, entretanto, passou razoavelmente incólume por este processo, com poucos focos de instabilidade, como o conflito envolvendo Peru e Equador no Vale do Cenapa em 1994 (Bertazzo, 2005).

Antigos rivais, Brasil e Argentina passaram a cooperar no âmbito do MERCOSUL, com países como Uruguai e Paraguai em relações que desafiavam os tomadores de decisão pela evidente assimetria de poderes entre as partes. (Costa, 2013). Ainda, recentemente, grande celeuma tem marcado o processo de integração da Venezuela como novo integrante do bloco. Surge o desafio de se compreender o ingresso deste novo membro pelas circunstâncias em que este se dá e que envolve a suspensão do Paraguai, um dos países fundadores da organização.

Pelo que se justifica e reforça a necessidade de se cingir as dimensões de cada país e estabelecer sua posição relativa em um mapa de poder capaz de explicitar a natureza das relações intrabloco, antes e depois do ingresso da Venezuela, apontando assim, as mudanças na natureza destas relações que foram proporcionadas pelo novo membro. Deste modo

explicando sob a lente do Realismo Ofensivo as posturas dos atores envolvidos neste processo.

Atento a este contexto, o presente estudo está direcionado para o seguinte problema de pesquisa: **Como o Realismo Ofensivo pode explicar a postura dos atores no caso do ingresso da Venezuela ao MERCOSUL?** Assim, o objetivo geral deste estudo é **compreender à luz do Realismo Ofensivo as posturas dos atores no caso do ingresso da Venezuela no MERCOSUL** e os objetivos específicos incluem: a) Mensurar o poder pressuposto de cada um dos Estados do bloco econômico do MERCOSUL; b) Mapear as relações de poder entre os Estados do bloco antes e depois da adesão da Venezuela e c) Entender à luz do Realismo Ofensivo a postura de cada um dos atores no processo de adesão da Venezuela.

Entre as contribuições teóricas esta pesquisa poderá fornecer para a disciplina de Relações Internacionais os mapas das relações de poder entre os atores que compõem o MERCOSUL pré e pós-adesão da Venezuela e a análise realista-ofensiva das motivações destes atores no caso que envolveu o processo de adesão venezuelana ao bloco. Como contribuições práticas se espera explicitar à sociedade as motivações “reais” dos atores em suas posturas contrárias ou favoráveis à adesão Venezuelana ao MERCOSUL.

Sendo assim, a divisão deste trabalho dar-se-á em oito seções além desta introdução: 2) Referencial Teórico; 3) Análise política; 4) Mensuração do Poder Pressuposto dos Estados do MERCOSUL; 5) Mapeamento das relações de poder entre os Estados do MERCOSUL antes e depois da adesão da Venezuela; 6) Explicação à luz do Realismo Ofensivo da postura de cada um dos atores no processo de adesão da Venezuela; 7) Análise Qualitativa do Problema 8) Considerações Finais e 9) Referências.

Deste modo conclui-se a presente introdução esperando-se ter-se explicitado aqui as justificativas do estudo e seu contexto. Na sequência apresentar-se-á o referencial teórico que servirá de base para o estudo, com as contribuições de Waltz (1979) na elaboração do realismo estrutural e as de Mearsheimer (2001) e Wohlforth (1999) em sua revisão e postulação do Realismo Ofensivo enquanto abordagem teórica.

1.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em um trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais. Trata-se de estudo de caso único sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL elaborado utilizando-se de metodologia predominantemente quantitativa e epistemologia positivista. A pesquisa classifica-se quanto à coleta de dados como bibliográfica e documental com recorte transversal. A população corresponde a todos os Estados Membros plenos do MERCOSUL, incluindo a Venezuela.

A opção por estudo de caso único foi empregada devido tratar-se de fenômeno constituído de variáveis múltiplas e envolvendo contexto específico (caso único) cuja ocorrência é instável. Tais características contextuais são usadas por Yin (2009); Raupp e Beuren (2010) e Gil (1999) para justificar a opção por esta técnica de pesquisa.

A abordagem predominantemente quantitativa da investigação justifica-se neste caso pela busca da mensuração de variáveis predeterminadas no sentido de verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis. Pautando a construção de sentidos como reflexo de informações passíveis de serem matematizadas, não focando em possíveis exceções, mas buscando ir ao encontro das potenciais generalizações com a intenção de garantir a precisão nos resultados, bem como, pela aplicação de instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados. Estas características, consoante Appolinário, (2009); Richardson, (2008) e Raupp; Beuren, (2010) definem o caráter quantitativo de um estudo.

Para Appolinário (2009), contemporaneamente a maioria dos autores considera que não existe uma distinção clara e absoluta entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, mas sim um contínuo entre estes dois extremos. No que tange aos aspectos qualitativos, esta pesquisa buscou a construção de sentidos a partir das generalizações, buscando ampliar por vezes a compreensão da problemática para além de aspectos absolutos, recorrendo para isso a análise da bibliografia já construída sobre o tema e apresentando potenciais resultados de análises sobre outras lentes paradigmáticas que não o realismo ofensivo.

A epistemologia positivista da pesquisa preocupa-se com a observação cuidadosa e a mensuração da realidade objetiva e nesta toma lugar central o desenvolvimento de medidas numéricas de observações. Parte-se de uma teoria de base (Realismo Ofensivo) e coletam-se os dados. O estudo se caracteriza ainda pela determinação, reducionismo,

observação empírica e mensuração, bem como verificação da teoria. Podemos observar que a elaboração de instrumentos para a quantificação de variáveis qualitativas reforça o enfoque da lente paradigmática positivista nesta investigação. Todas as características supramencionadas vão ao encontro das contribuições de Creswell (2007) sobre este tipo de abordagem epistemológica.

O método de coleta de dados foi bibliográfico e documental, utilizando-se apenas de dados secundários. A pesquisa documental é entendida por Gil (1999) como diferindo em relação à natureza das fontes da pesquisa de caráter bibliográfico. Enquanto na primeira os materiais não receberam ainda um tratamento analítico e podem ser reelaborados para ir ao encontro dos objetivos da pesquisa, a segunda baseia-se nas contribuições de distintos autores sobre determinadas temáticas. Tais afirmações são corroboradas ainda nos estudos de Beuren e Raupp (2010). Por sua vez opção o recorte temporal transversal, significa para Richardson (2008) que o estudo se passa em um momento específico no tempo, ou seja, o ano de 2013 em que foram coletados os dados sistematizados no CIA Word Fact Book, fonte documental exclusiva consultada para fins desta pesquisa.

Acerca dos procedimentos de pesquisa inicialmente adota-se uma revisão de literatura (análise bibliográfica) e constrói-se o referencial teórico, estabelecendo como teoria de base da investigação o Realismo Ofensivo, como fórmula utilizada para a mensuração a fórmula de Fernandez (2012) e como base para o mapeamento das relações de poder entre os Estados analisados a metodologia de Filho e Coelho (2008-2009). Na sequência recorre-se à fórmula de Fernandez (2012) para quantificação de poder no SI de modo a atender-se ao objetivo de mensurar o poder pressuposto de cada um dos Estados do bloco analisado. Passa-se à utilização da metodologia de Filho e Coelho (2008-2009) para explicitar-se cognitivamente através de um “mapa” a natureza das relações de poder entre os Estados do MERCOSUL antes e depois do Ingresso da Venezuela. Por fim, à luz do Realismo Ofensivo, é compreendida a postura de cada um dos atores no processo de adesão da Venezuela.

2.0 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentado o arcabouço teórico que serve de base ao estudo. Demonstram-se as bases epistemológicas do Realismo Ofensivo, assim como as fórmulas e mapas utilizados para a realização da pesquisa. Pretende-se assim situar o leitor com as informações apresentadas na parte empírica do texto.

2.1 MERCOSUL

No caso de nosso trabalho, cujo delimitador espacial se dá em função das fronteiras políticas do bloco econômico do MERCOSUL devemos compreender além dos conceitos já expostos acima, outros dois; o do próprio bloco em si, e o de integração econômica. Para Almeida (2008); “O conceito de integração econômica é relativo à medida que esta relaciona a um determinado contexto socioeconômico”.

Para aquela autora com o colapso dos Estados que possuíam regimes que apoiavam sobre o modo de produção socialista, os conceitos de integração passam a inspirar dois pontos de vista; um de cunho liberal e outro estruturalista, segundo esta; “No enfoque liberal, a integração como processo constitui um programa escalonado de eliminação de barreiras artificiais aos intercâmbios de bens e aos movimentos dos fatores produtivos como capitais e trabalho”. Por outra via à integração sob uma perspectiva estruturalista “[...] é concebida como um processo que tende a organizar toda a atividade econômica de dois ou mais países, não apenas no que tange ao seu comércio e trocas, mas no que se refere à sua produção, formando um quadro econômico complexo, coerente e equilibrado”.

De modo alternativo, Costa e Fernandez (2011), admitem que além destas linhas exista uma perspectiva marxista das organizações internacionais e apontam em suas conclusões do artigo intitulado, “A compatibilidade entre instituições em processos de

integração e o discurso transformador dos governos de esquerda na América – Latina: Limites e possibilidades a partir de uma abordagem marxista das instituições internacionais.”, para a emergência de novo paradigma de integração, que teria seu estopim na América-Latina e é personificado pela Aliança Bolivariana para a América (ALBA). Este modelo não teria para aqueles autores, nem um prisma liberal, nem um ponto de partida estruturalista, e tampouco uma abordagem marxista clássica, ou radical crítica das Relações Internacionais.

A ALBA, organização que exemplifica e formata de modo *sui generis* tal modelo seria na palavra daqueles autores: “[...] um modelo inédito, que se utiliza de um instrumento que é desde a muito utilizada pelas teorias liberais, no caso uma organização internacional, formada inicialmente por estados, mas que a partir de agora recebe também a adesão de setores descontentes que orbitam fora da estrutura dos estados não membros [...]”.

No que tange ao MERCOSUL, especificamente, para Paulo Roberto de Almeida (2002) este compreende a “constituição de um mercado comum com o estabelecimento de políticas setoriais comuns ativamente orientadas para a consolidação de estruturas produtivas locais”, o que remete a uma característica marcante dos processos europeístas de integração. Baseando-se em tal perspectiva, para ele, os fundamentos empíricos do processo de integração do MERCOSUL, forneciam um novo modelo que “combinava elementos *dirigistas* da experiência comunitária européia [...] com a cobertura parcial típica dos esquemas preferenciais *aladianos* (seleção de setores para a redução progressiva das barreiras tarifárias e não tarifárias)”.

Ainda para Almeida (2002) este modelo possuía como uma de suas fortalezas características a clareza quanto aos objetivos de complementaridade industrial, por outro lado acarretando o incomodo de necessitar da negociação de acordos parciais específicos, de modo a se concluir o objetivo de estabelecimento do mercado comum em dez anos (de 1999 a 2009). Para este autor, então, este é o conceito de MERCOSUL, que estava lançado e compreendia então um novo ponto de vista na integração, na forma de um modelo *sui-generis*.

2.2 SISTEMA INTERNACIONAL

Para entender-se a abordagem escolhida ao problema é preciso compreender o que representa o *Sistema Internacional (SI)* enquanto unidade analítica da disciplina de relações internacionais. Pretende-se entender primeiramente o significado desta terminologia e na sequência as formas possíveis para o SI ao longo do tempo. Para isso adentra-se ainda ao conceito de polaridade nas R.I.

Segundo Silva e Gonçalves (2005), o SI representa um conceito consensual na área de Relações Internacionais, já que se presta ao papel de ferramenta de análise cujas propriedades são capazes de conceituar um objeto de estudo de proporções gigantescas, que além do mais são acrescidas ainda de um paradigma de complexidade que envolve o objeto, no caso as relações internacionais. Por isso, a quase totalidade das linhas teóricas da área leva em consideração o construto de SI, para a realização de suas análises.

O SI é, no entanto percebido sobre múltiplos ângulos dentro da disciplina de R.I. Sendo assim diferentes autores trabalham com distintas compreensões para o emprego da terminologia a seus estudos. Por exemplo, Hoffmann apud in. Silva e Gonçalves(2005) entende o construto como significando:

Um padrão de relações entre as unidades básicas da política mundial, caracterizado pelo alcance dos objetivos perseguidos por essas unidades e pelas tarefas efetuadas entre elas, assim como pelos meios empregados para lograr essas metas e efetuar essas tarefas. Esse padrão está em grande medida determinado pela estrutura do mundo, pela natureza das forças que operam através ou dentro das unidades principais e por capacidades, padrões de poder e culturas políticas dessas unidades.

Em uma abordagem eminentemente realista, Aron (1962) entende o SI como “Um conjunto constituído por unidades políticas, que mantêm relações regulares entre si e são suscetíveis de entrar em uma guerra geral.”.

Outra celeuma no âmbito dos estudos do SI, diz respeito consoante Kaplan (1957) a intensidade das relações que ocorrem entre os componentes de um sistema, agindo em sentidos opostos, de união ou desunião dos referidos componentes. Para o autor

supramencionado esta situação é que faria a distinção entre o ambiente por um lado e o sistema pelo outro. Deste modo pode-se utilizar-se do exemplo das relações que unem a Rússia à Europa desde o século XVIII. Ainda que as relações sejam predominantemente conflituosas, por si só, estas relações seriam suficientes para afirmar a condição daquele estado como um dos componentes do concerto europeu.

Para Kaplan (1957) a observação da macroestrutura do SI deve ser tida como uma variante independente capaz de determinar o modo de agir dos Estados e indicar os tipos de relacionamentos que ocorrem entre os atores de tal sistema. Deste modo a polaridade dos sistemas é que define o modo de agir dos atores, com termos bases como multipolaridade, unipolaridade e bipolaridade determinando o nível de estabilidade em um SI.

Dentre as singularidades do ponto de vista sistêmico, está à inexistência de um centro político capaz de impor algumas decisões de modo que a satisfação ou insatisfação dos atores são determinantes das ações levadas a cabo em meio ao concerto de Estados. Desta perspectiva pode-se ainda inferir, de acordo com o autor supramencionado, que os subsistemas (Complexos Regionais de Segurança) teriam uma maior margem de manobra na solução de crises, em comparação àquela margem disponível a nível global.

Segundo Kaplan (1957) outras variáveis que agregariam em complexidade na compreensão do SI consistiriam nas perspectivas ideológicas, religiosas, demográficas, geográficas, de desenvolvimento tecnológico e demais fatores estranhos à vida política internacional e ao mesmo tempo parte dela. O nível de tensão presente em um subsistema específico seria determinante quando se observa seu equilíbrio.

Conforme Fernandes (2001), a utilização da análise sistêmica permite identificar nas R.I. a sociedade internacional, constituída em sistema que corresponde ao todo e por sua vez se subdivide em elevado número de partes (subsistema), possuidores de força e dimensão diferentes. Deste modo, aquele autor considera que a comunidade internacional é um sistema universal, dividida em pequenos sistemas menores, de caráter regional, que a seu passo integram ulteriores subsistemas, que seriam os Estados. Seriam as relações mutuais entre essas unidades e subunidades que serviriam para tipificar e formatar o S.I.

Para Pistone (2002) a ideia de S.I. surge da realidade que emerge no mundo moderno e engloba o concerto europeu pós-Westfália, que paulatinamente passa a expandir-se até compreender toda a terra. Consoante Pistone (2002):

A Europa moderna começou a formar-se em consequência das transformações operadas entre o fim da idade média e a paz de Westfália (1.648), que representa ao mesmo tempo um momento decisivo no processo de realização e consolidação do monopólio da força dentro do Estado, o momento em que se reconhece, formalmente, de modo geral, a soberania absoluta do Estado no plano internacional, e também aquele em que se definem oficialmente as bases do direito internacional, ou seja, o direito destinado a regular as relações entre os Estados soberanos [...].

Pistone (2002) diferencia ainda a situação surgida da paz de Westfália, daquela observada na Europa medieval, em que a soberania era totalmente dispersa e se tornava difícil fazer uma distinção entre as relações de caráter interno e àquelas de caráter internacional. Ainda, para o autor supracitado, o arranjo Westfaliano difere daquele verificado na época do “*Mare Nostrum*” romano, em que aquele império “dominou de forma quase completa a área da civilização clássica mediterrânea depois de nela haver eliminado, todo Estado ou povo independente.”. O que fez o mesmo tornar-se soberano sobre toda aquela área fazendo prevalecer o seu ordenamento jurídico. Outra relação histórica feita por aquele autor se dá em função das relações entre as polis gregas no ápice de sua civilização e as existentes na Europa pós-Vestefália, bem como entre as relações entre essas polis e àquelas existentes entre os principados da Itália no séc. XV.

Para Pistone (2002) um bom meio de expressar as distinções entre o âmbito das relações internas e internacionais é que:

[...] Na realidade, tal critério não pode se não referir-se essencialmente ao modo diverso como as relações internas e internacionais se regulam, ou seja, ao fato de que, enquanto as primeiras se desenvolvem normalmente sem o recurso à violência, que é monopólio da autoridade soberana, as segundas se desenvolvem “à sombra da guerra” (R. Aron), isto é, desenvolvem a possibilidade permanente da guerra ou da sua ameaça, quando não sua experiência frequente.

Deste modo Pistone (2002) acredita que o SI, pode ser compreendido pela dicotomia que existe entre “soberania estatal e anarquia internacional”, adotando assim um paradigma realista das R.I.

2.3 SISTEMA REGIONAL SUL AMERICANO

Rezende (2005) já aventava a possibilidade de que a balança sul-americana seria caracterizada pela hegemonia do Brasil. Segundo os cálculos daquele autor quando caracterizada a balança de poder de todos os Estados do subcontinente, e utilizando como parâmetro aspectos como o PIB (PPP) e o número de soldados nas Forças Armadas chegando as conclusões apresentadas na citação abaixo:

As conclusões individuais, baseadas nos resultados acima descritos, foram então as seguintes: superioridade brasileira de mais que o dobro do segundo Estado na análise do poder relativo (PIB), com tendência ao aumento da diferença em favor do Brasil; no número total de soldados nas forças armadas, com tendência à diminuição da diferença para o segundo colocado; no número de soldados da marinha, também com uma tendência a ver cada vez menores os números que separam o Brasil e os demais Estados; e em número de soldados na força aérea, desta vez com uma tendência à manutenção da enorme superioridade brasileira para com os demais Estados.

A conclusão de Rezende (2005) é de que a balança Sul-Americana, contexto onde se insere o Mercosul apresenta o Brasil como hegêmona regional. Os critérios adotados para essa classificação são semelhantes aos postulados neste trabalho e consideram a perspectiva de Wolforth¹, para uma classificação do Brasil enquanto potencia unipolar na Balança Regional de Poder em que está inserido. Na perspectiva de Mearsheimer, que é a adotada nesta pesquisa, e considerando o compute de poder do Brasil e a abordagem realista ofensiva, o mesmo pode ser classificado como hegêmona regional.

Deste modo em relação aos países do Mercosul a relação de hegemonia do Brasil é acentuada. Se o Brasil é suficientemente forte para ser hegêmona sobre todo o complexo sul-americano, aonde se inserem os países do bloco, que serve de contexto ao estudo de caso aqui elaborado, não pode ser logicamente diferente neste caso a relação de hegemonia. Assim

¹ A fonte original não cita a obra e o ano, apenas o nome do autor neste caso.

sendo, no respectivo caso, são aplicados todos os corolários desta condição, com a balança de poder regional sendo caracterizada como unipolar.²

2.4 POLARIZAÇÃO DOS SISTEMAS INTERNACIONAIS

Geralmente os modelos de definição da polaridade de forças nas relações que configuram os sistemas internacionais costumavam dividir-se entre unipolar, bipolar ou multipolar.

Estas análises partiam da pressuposição de que existia no primeiro caso, um ator cujo compute de poder era de tal modo superior aos demais que configuraria um único polo dando os ditames da estrutura do S.I. Em uma estrutura unipolar, a hiperpotência poderia de qualquer modo impor sua vontade sobre o concerto de Estados do SI. Para Wohlforth (1999):

[...] uma estrutura em que as capacidades de um Estado são grandes demais para serem contrabalançadas. [...] Ao mesmo tempo, as capacidades não estão concentradas ao ponto de produzirem um império global. A unipolaridade não pode ser confundida com um sistema bipolar ou multipolar contendo um Estado polar especialmente forte ou com um sistema imperial contendo apenas uma grande potência.

Ao passo que na unipolaridade um único ator dita a estrutura do sistema, no que tange ao sistema bipolar, temos um concerto em que dois atores proeminentes são determinantes das relações internacionais. O que ocorre em razão novamente da soma de poder destes estados em relação aos demais atores.

Alternativamente a bipolaridade pode surgir em blocos, quando em um sistema multipolar, estados poderosos se alinham constituindo blocos de estados. O que em geral acaba determinando a estrutura sistêmica e obrigando outros Estados menores a se posicionarem. Neste caso a existência de neutralidades apenas seria no caso de ambos os blocos ou superpotências dominantes em um determinado S.I. bipolar permitirem este

² Idem nota anterior.

posicionamento de forma a obter alguma *detén*³ entre elas. A multipolaridade seria então, finalmente a estrutura mais instável e anárquica com vários Estados poderosos o suficiente para intervir na agenda de um S.I.

A pergunta que surge então diz respeito a como classificar a polarização de um S.I. RandallSchweller (1997) aponta uma definição demasiado interessante sobre como proceder neste sentido: “Para se qualificar como polo, um Estado deve ter mais que a metade da capacidade militar do Estado mais poderoso no sistema; todas as outras Grandes Potências são classificadas como LesserGreatPowers (LGPs). Em termos mais simples, minha definição de polo significa que a força combinada de quaisquer dois polos deve ser suficiente para derrotar um terceiro polo”.

Deste modo uma das consequências do fenômeno de polarização dos sistemas internacionais é que as relações entre os Estados variam em sua intensidade e em seu nível com relação à dinâmica interna do sistema. Sendo assim Diniz (2006) postula alguns pressupostos válidos para os relacionamentos multipolares na unipolaridade. Desta maneira aquele autor admite que existam vários níveis de poder de negociação, quanto maior o número de polos sistêmicos, mais margem têm os Estados para manobrar, já que seu poder além de ter a possibilidade de ser subtraído a um polo ou aliança ainda poderia ser desviado para uma aliança contrária.

Essa possibilidade aumenta, para o ator supracitado, enormemente as capacidades diplomáticas e de negociação de um ator qualquer em uma dinâmica sistêmica multipolar, entretanto esta é bastante reduzida quando se consideram balanças de poder bipolares e acentua-se nas balanças unipolares. Nas balanças bipolares para Diniz (2006) “o aporte que um aliado de uma superpotência pode trazer em termos de capacidade bélica é por definição baixo – o que diminui consideravelmente seu poder de barganha no interior da aliança uma

³Termo francês utilizado nas Relações Internacionais para descrever a distensão no Sistema Internacional. Para um conceito e mais informações sobre *detén*, vide: GARTHOFF, Raymond L. **DétenteandConfrontation: American-SovietRelationsfrom Nixon to Reagan**: ed. The BrookingsInstitution, 1994. Disponível em:<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mGG-x_tuNUcC&oi=fnd&pg=PR19&dq=det%C3%A9nte+international+relations&ots=Qo2SeBRaif&sig=Y0yeS3TTBsMSVKv-0jilDnz6WWE#v=onepage&q=det%C3%A9nte%20international%20relations&f=false>. Acesso em: 22/10/2013.

vez que sua defecção trará uma perda pequena à aliança e a quantidade de recursos que aportará a à aliança contrária, também não será significativa”.

Na unipolaridade a dinâmica das relações unipolares acentua-se já que não há por definição outro polo aonde se possam aportar os recursos, as capacidades de negociação dos terceiros atores em relação a superpotência atingem seus mínimos, e passam a ter valor em situações bastante específicas, sobretudo naquelas que um desafiante, (aspirante a polo passa a surgir no horizonte) e um determinado Estado têm posição geopolítica fundamental para a estratégia da superpotência ou recursos essenciais para esta, que não podem cair em mãos do desafiante.

O quadro dois abaixo apresenta as capacidades de negociação dos Estados nas três polaridades básicas aqui apresentadas, segundo a classificação expressa acima. O quadro teve como base as afirmações de Diniz (2006) sobre relacionamentos entre Estados nas polaridades sistêmicas.

Quadro dois: Dinâmica dos relacionamentos entre atores por polaridade sistêmica

Polaridade	Multipolar	Bipolar	Unipolar
Capacidade de negociação	Alta	Baixa	Muito Baixa

Fonte: O autor com dados de Diniz (2006).

2.5 REALISMO ESTRUTURAL E REALISMO OFENSIVO

Nesta investigação a teoria Realista Ofensiva será utilizada para responder ao objetivo de se compreender, à luz do Realismo Ofensivo, a postura de cada um dos atores no processo de adesão da Venezuela ao bloco do MERCOSUL.

A importância da utilização do Realismo ofensivo para estas análises, se dá em função de sua relevância para a área de Relações Internacionais (Mearsheimer, 2001; Diniz

2006) e pela necessidade de um estudo que partisse desta premissa para oferecer compreensão sobre o fenômeno alvo do estudo, da entrada da Venezuela no MERCOSUL.

A teoria realista é para Petrollini (2007) a mais antiga e uma das mais influentes teorias para explicar fenômenos que ocorrem no desenvolvimento da política internacional, especialmente no que tange àqueles ligados às questões de segurança. Deste modo o autor pontua a necessidade de se ampliar o entendimento acerca das tradições de abordagem que permeiam esta escola.

Para Petrollini (2007) o grande *quiproquó* atualmente presente na teoria realista se dá em função dos defensores das linhas argumentativas de Morgenthau e de Waltz. Para ele a diferença essencial entre ambas às escolas se dá no nível de análise, com Morgenthau e seus sucessores, transplantando para os Estados os pressupostos de uma visão pessimista da natureza humana herdados de Tucídides e Maquiavel, que apontavam aos mesmos uma condição egoísta e agressiva.

Na análise do autor supracitado, Waltz por outro lado adiciona a variante estrutural ao realismo, pelo que, em sua abordagem, os Estados ao invés de manterem constantemente a busca por maior poder no Sistema Internacional (SI) buscariam manter suas posições relativas em meio ao mesmo.

Jervis (1999) afirma neste sentido que o realismo não pode mais ser defendido enquanto uma teoria única, criando a subdivisão desta em Realismo Ofensivo e Realismo Defensivo. Para este autor; ambas as abordagens outorgam importância ao elemento estrutural como fator influente para determinar o comportamento dos Estados. A divergência consistiria, daí, essencialmente no fato de que diferente do Realismo Defensivo, o Realismo Ofensivo não acredita que a estrutura determine um comportamento conservador dos Estados, que continuariam a buscar maior poder de modo a melhorar suas posições relativas no Sistema Internacional.

Deste modo, de acordo com Mearsheimer (2001) o SI cria incentivos e oportunidades para que os Estados possam maximizar o seu poder em detrimento de Estados rivais e, assim, alcançar vantagens em situações em que os potenciais benefícios de uma ação prevalecem sobre os seus custos. Deste modo, na concepção expressa por Petrollini (2007) isto significa afirmar que a estrutura do SI não impõe limites, se considerada a abordagem realista ofensiva, a maximização de por parte dos Estados.

O quadro um permite observar as principais distinções entre as abordagens ofensivas e defensivas do Realismo. Na vertente defensiva, para Petrollini (2007) a estrutura do sistema internacional é a unidade de análise central, sendo esta compreendida como o modo como as interações acontecem em um sistema. Levam-se em consideração que os estados são conservadores em seu comportamento e ao invés de procurar ampliar seu poder preferem manter o nível de poder que já possuem, pois os riscos para uma ampliação são demasiado elevados.

Ainda para o autor supracitado, por outro lado na vertente ofensiva, a variável central é o poder. Ainda para este autor o poder é um conceito, amplo, não consensual e que recebe diferentes interpretações no âmbito das R.I. Dentro de nosso estudo, focam-se as variáveis quantitativas do poder, tais como estabelecidas por Fernandez (2012). Entretanto se admite que essa é uma visão parcial da realidade, e vertentes qualitativas e não determinísticas também impactam sobre o construto. Sendo assim, no realismo ofensivo, o poder motiva uma postura ofensiva dos atores em busca de sua ampliação, na busca da própria sobrevivência, o que denotaria um comportamento dos Estados similar àquele observado no estado de natureza do homem.

Deste modo o impacto da estrutura é relativo em uma das abordagens, já que no realismo ofensivo se englobam questões como a polaridades sistêmicas e as balanças de poder regionais, caras ao realismo defensivo, ao passo que neste ela é absoluta, já que o comportamento dos Estados é pretensamente conservador.

A epistemologia de ambas as abordagens descende da tradição positivista, por buscar adaptar as ciências sociais os predicados das ciências da natureza. Essa linha é denotada pela busca de formação de modelos genéricos e pelo pressuposto da anarquia sistêmica, como colocado por Aron (1962).

Quadro Um: Distinções entre as abordagens Ofensiva e Defensiva do Realismo Estrutural

ABORDAGEM	NÍVEL DE ANÁLISE	IMPACTO DA ESTRUTURA	EPISTEMOLOGIA DE BASE
OFENSIVA	NATUREZA DOS ESTADOS	RELATIVO	POSITIVISMO

DEFENSIVA	ESTRUTURA DO SI	ABSOLUTO	POSITIVISMO
-----------	--------------------	----------	-------------

Fonte: O autor (2013).

3.0 ANÁLISE POLÍTICA

A adesão da Venezuela ao Mercosul ocorreu em um cenário de crise institucional do Paraguai, país que bloqueava a entrada do novo membro sendo contestada juridicamente por aquele país. (BBC, 2012).

A instância de apelação a que recorreu o Paraguai foi o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR), com sede em Assunção. Com a suspensão do Mercosul desde o fim de junho, em virtude da ruptura institucional que resultou na destituição de Fernando Lugo da Presidência do país, o mesmo não pôde participar da reunião de cúpula realizada em Mendoza, na Argentina, quando foi decretada a entrada da Venezuela no bloco regional. (BBC, 2012).

Para o ministro da Secretaria de Informação e Comunicação da Presidência do Paraguai, Martín Sannemann, em entrevista a BBC (Brasil) no ano de 2012 a entrada da Venezuela para o Mercosul durante a suspensão do Paraguai teve o significadoda troca do "irmão pobre pelo irmão rico". Para o mesmo, segundo a interpretação do governo paraguaio, o Mercosul foi "institucionalmente quase ferido de morte" já que "não respeitou os acordos" nesta que concerne ao estabelecimento de que as decisões devem ser tomadas pelos quatro países fundadores do processo de integração – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Segundo o Jornal Valor Econômico (2012):

O Tribunal de Revisão do Mercosul rejeitou pedido do Paraguai contra a entrada dos venezuelanos, mas por motivos processuais, não de mérito. Os paraguaios não aproveitaram, até agora, a decisão explícita do tribunal permitindo ao Paraguai questionar tanto sua suspensão quanto a incorporação do novo sócio, desde que começasse pedindo consultas aos demais membros e, só depois, recorresse ao tribunal.

Para a BBC (2012), “o Paraguai já havia entrado com uma ação no Tribunal Permanente do Mercosul por ter sido suspenso do bloco, com o argumento de que a suspensão violaria artigos do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ushuaia, documentos constitutivos do Mercosul.” Segundo aquele veículo a ação havia sido rejeitada, com o tribunal compreendendo que o Paraguai apelou com instrumentos jurídicos que não se adequavam ao caso, “de modo que não chegou a analisar a legalidade ou não da suspensão do país e a entrada da Venezuela ao Mercosul.”.

Na alegação do advogado Raphael Vasconcelos, secretário do Tribunal: “O Paraguai usou uma medida de emergência que é que aplicada às questões comerciais, e não políticas, e deveria ter recorrido, primeiro, a instâncias jurídicas inferiores, antes da ação ao Tribunal, que é a corte arbitral do Mercosul”.

A utilização de medida de emergência, representava para o Paraguai a necessidade de uma resposta rápida, em no máximo duas semanas, como preveem os acordos do Mercosul, ou seja, antes da reunião que decretou a entrada da Venezuela. Segundo a BBC (2012) um assessor do gabinete do ditador, Federico Franco afirmou que “O problema é que a reunião em Brasília será um encontro de amigos para o qual não fomos convidados. E temos claro que foi política e não jurídica a decisão de incluir a Venezuela no Mercosul com o Paraguai suspenso.”.

Segundo a BBC (2012) o anúncio do ingresso da Venezuela no Mercosul ocorreu ainda em 2006, mas estava pendente de aprovação por parte do Congresso do Paraguai para ser formalizado, os congressos do Brasil, da Argentina e do Uruguai já haviam sido favoráveis a adesão.

A decisão que acarretou na suspensão do Paraguai do Mercosul foi tomada após a destituição do presidente Fernando Lugo da Presidência em um processo de impeachment relâmpago. A rapidez do processo foi questionada pelas autoridades do Mercosul que a interpretaram como um golpe de Estado e afirmaram que o Paraguai não respeitou a cláusula democrática assinada por todos os presidentes do bloco.

4.0 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Na seção seguinte serão apresentados os dados coletados, inicialmente se demonstra a fórmula de Fernandez (2012) para quantificação de poder e o mapa de Filho e Coelho (2008-2009). A parte prática da pesquisa é apresentada na sequência com a elaboração dos cálculos e mapas.

4.1 FÓRMULA DE FERNANDEZ (2012) PARA QUANTIFICAÇÃO DE PODER

Ao longo desta subsecção a pesquisa abordará a fórmula de Fernandez (2012) para a quantificação de poder no SI. A fórmula de Fernandez (2012) é desenvolvida e adaptada da Fórmula de Cline para a quantificação de poder de um Estado. Esta fórmula será empregada nesta pesquisa para atender ao objetivo de mensurar o poder pressuposto dos estados do MERCOSUL.

A Fórmula de Cline foi desenvolvida ao longo dos anos 70 e reformulada após a Guerra Fria, tomando as formas atuais (Rochman, 1999). Segundo Moreira, (1996) esta era originalmente “(...) $Pp = (C+E+M) \times (S+W)$ (...), onde Pp é o poder suposto; C é a massa crítica da população e território; E e M, as capacidades econômicas e militar respectivamente; S os objetivos estratégicos; W a vontade de executar as estratégias nacionais.”. (MOREIRA, 1996).

Fernandez (2012) reformulou esta fórmula na defesa de um estudo monográfico que empregou epistemologia semelhante a este intitulado: “*O Sistema Internacional Contemporâneo e a Aspiração do Brasil ao CSNU: Um Estudo de Capacidades Estratégicas*

Comparadas”. A adaptação que este faz da Fórmula de Cline implica na exclusão das variáveis W e S da fórmula original, consideradas subjetivas por aquele autor e no estabelecimento de índices para o cálculo das demais variáveis que possibilitassem o emprego de dados secundários, tendo sido escolhido como fonte dos dados secundários naquele estudo o *Cia Word Fact Book (2012)*, pelo que a versão mais atual daquele almanaque é a que se utiliza da replicação da fórmula de Fernandez (2012) para fins desta pesquisa.

Assim a equação de Fernandez (2012) é:

$$PP = \left(\frac{(a + b)}{2} \times 10000 \right) + PIB(PPP) + (omx10)$$

Onde: PP = Poder Pressuposto / A = População / B = Território / PIB (PPP) = Produto Interno Bruto, por Paridade do Poder de Compra / OM = Orçamento Militar.

Fernandez também elaborou para a exposição dos dados auferidos e a resolução dos objetivos da pesquisa a qual originalmente aplicou sua fórmula uma escala demonstrativa da potencialidade dos Estados em função da resultante da quantificação de seu poder presumido afirmando sobre aquele modelo que este “(...) nada mais é que uma escala de potência, com a particularidade de que esta nossa escala se aplica sobre uma análise quantitativa, empírica e generalista.”. Neste trabalho segue-se a mesma linha de pesquisa, distribuindo os estados em um dos níveis da escala de potências proposta por Fernandez (2012) em função do índice auferido de seu Poder Pressuposto resultante da aplicação da fórmula desenvolvida por aquele autor e posteriormente utilizando este nivelamento para a elaboração do mapa das relações de poder entre estes Estados.

Para Fernandez (2012) sobre o significado de cada variável, e sua respectiva importância para se computar o poder pressuposto de um Estado, estes estabelecem na “fórmula *PIB(PPP)* como sendo a representação do dimensionamento econômico dos Estados, por escapar da armadilha decorrente das desvalorizações ou sobrevalorizações cambiais oficiais, que fariam destoar da realidade os dados referentes a muitos países.”

Para o autor supracitado no que concerne ao significado na fórmula do poder militar, este é apresentado tal qual na citação abaixo:

Na falta de um modelo que pudesse se adequar melhor será apresentado em função do orçamento militar dos Estados, que em nossa opinião é um indicador mais válido do que o simples número de soldados, ou algum índice que pudesse ser elaborado em função deste, do número de aeronaves e da tonelagem das embarcações na

marinha de guerra (alguns Estados nem mesmo têm uma marinha de guerra, na maioria destes casos o referido não possui saída para o mar).

Ainda para Fernandez (2012), é mais eficaz a avaliação da variável militar em função do orçamento de defesa, pois aspectos como a tecnologia militar ganham maior relevância proporcional. É justificada a ausência do fator nuclear na fórmula, se afirmando que embora não se tenha adentrado a temática dissuasória daquele tipo de armas, “é razoável admitir que apenas os Estados detentores de orçamentos militares minimamente portentosos são capazes de atingir a tecnologia necessária à obtenção dessas armas e aos adequados meios para o seu lançamento.”.

No trabalho de Fernandez (2012) não fica claro o que este entende por população e território, sendo que o mesmo pontua apenas que estes são fatores de poder menos elásticos, mas ainda assim o são. Para Fernandez (2012) sobre a elasticidade dos elementos de poder da fórmula, incluindo população e território: “a população muda em função da natalidade e a economia da dinâmica do capitalismo. Não havendo mais espaços em branco no planeta, a exceção da Antártica, hoje é improvável para um Estado aumentar o seu território. Para tal intento teria de obrigatoriamente tomá-lo a outro.”

4.2 MAPA DAS RELAÇÕES DE PODER DE FILHO E COELHO (2008-2009)

Filho e Coelho (2008-2009) desenvolveram seu estudo “*Estado, Defesa e Sistema Internacional: uma “matemática” para o pós-Guerra Fria*” uma maneira de mapear as relações de poder entre os Estados à qual denominaram de “*Mapa Parcial das Relações de Poder no Mundo Político*”. Esta metodologia será utilizada nesta pesquisa para responder ao objetivo de se mapear as relações de poder entre os Estados do bloco antes e depois da adesão da Venezuela, com um mapa sendo adaptado daquele desenvolvido por aqueles autores para explicitar a natureza das relações de poder entre os Estados do bloco analisado, antes e depois da adesão venezuelana.

A metodologia desenvolvida por Filho e Coelho (2008-2009) consiste em agrupar os Estados em patamares distintos em função de seu nível de poder, deste modo os Estados

mais poderosos estabeleciam-se como polos sistêmicos e apareciam nos primeiros níveis ao passo que estados menores vinham mais abaixo na medida de seu cômputo de poder.

4.3 MENSURAÇÃO DE PODER DOS ESTADOS DO MERCOSUL

Nesta seção desenvolve-se a quantificação de poder dos Estados do MERCOSUL. Primeiramente executa-se a equação proposta e apresentam-se as tabelas com a distribuição dos Estados utilizando a fórmula de Fernandez (2012). Os estados são em seguida escalonados em função das suas capacidades na tabela de escala de potências de Fernandez (2012) e esta serve de base ao mapa das relações de poder no mundo político, tal qual proposto por Filho e Coelho (2008-2009).

Este primeiro quadro mostra os passos para a execução do modelo de Fernandez, Assim como em Fernandez (2012), inicialmente retiramos os dados de população e território do Cia Word Fact Book, em seguida, extraímos o índice $\frac{(A+B)}{2} \times 10000$, e inserimos PIB (PPP) e $(om \times 10)$. O quadro um apresenta o cálculo do poder pressuposto dos Estados.

O quadro demonstra a configuração de unipolaridade do complexo regional de segurança analisado, com a balança de poder pendendo claramente para o Brasil, enquanto Estado mais poderoso em meio ao concerto de Estados analisados, tendo o segundo maior ator menos do que 50% do poder do Brasil e consistindo este na Argentina. A soma de todos os Estados analisados não alcança a metade do poder que detém o Brasil.

Quadro três - Aplicação da Fórmula de Cline Adaptada (Fernandez):

ESTADO/PLANETA	ÍNDICE $\frac{(A+B)}{2} \times 10000$	PIB-PPP (Trilhões de U\$ x 1)	OM (Trilhões de U\$ x 10)	RESULTADOS
TERRA	36,220789900	84,970000	17,843700	139,0344899
ARGENTINA	0,226738355	0,7953000	00,039765	1,061803355
BRASIL	1,0476224950	02,394000	00,311220	3,752842495
URUGUAI	0,0175033750	0,0546700	00,004923	0,077096375
PARAGUAI	0,0351500200	0,0415500	00,006233	0,082933020
VENEZUELA	0,1468556750	0,4085000	00,028595	0,583950675

Fonte: O autor (2013) com dados do CIA Word Fact Book.

O quadro a seguir apresenta a distribuição dos estados em função de suas capacidades no complexo analisado. Este se baseia no quadro elaborado por Fernandez (2012) e distribui os estados de maneira fracionada em relação ao poder total do sistema internacional no momento da análise. O quadro abaixo é representativo das assimetrias existentes no sub-

complexo analisado, e aponta que o Brasil está próximo de média potência, ao passo que a Argentina encontra-se muito próxima de configurar potência regional.

Quadro quatro: Escalas de Potência dos Estados Analisados

Dimensão Estratégica do Estado	Correspondência do índice total em %.	CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA $IC_t=139,0344899$	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS EM FUNÇÃO DA ESCALA DE POTÊNCIAS
1 Império	$2/3$	$ic\ 2/3 = 92,68965993333333$	
2 Hiperpotência	$1/2$	$ic\ 1/2 = 69,51724495$	
3 Megapotência	$1/4$	$ic\ 1/4 = 34,758622475$	
4 Superpotência	$1/8$	$ic\ 1/8 = 17,3793112375$	
5 Grande Potência	$1/16$	$ic\ 1/16 = 8,68965561875$	
6 Média Potência	$1/32$	$ic\ 1/32 = 4,344827809375$	Brasil
7 Potência	$1/64$	$ic\ 1/64 = 2,1724139046875$	
8 Potência Regional	$1/128$	$ic\ 1/128 = 1,08620695234375$	Argentina
9 Estado Dependente	$1/256$	$ic\ 1/256 = 0,543103476171875$	Venezuela
10 Estado Frágil	$1/512$	$ic\ 1/512 = 0,2715517380859375$	
11 Micro-Estado	$1/1024$	$ic\ 1/1024 = 0,1357758690429688$	

12 Nano-Estado	1/2048	$ic \frac{1}{2048}$ 0,0678879345214844	=	Uruguai/Paraguai
-------------------	--------	---	---	------------------

Fonte: O autor (2013) com dados do CIA Word Fact Book.

O quadro número cinco abaixo demonstra o ranking dos Estados analisados quando considerado o índice $\frac{(A+B)}{2} \times 10000$. O desenvolvimento destes cálculos seguiu as instruções de Fernandes (2001) e de Fernandez (2012), muito embora estes autores expressem em grandezas diferentes seus números, os resultados demonstraram grande similaridade entre os cálculos feitos por ambos, o que valida os resultados aqui atingidos.

Entre as percepções que se podem extrair do quadro está a condição do Brasil como muito superior à dos demais países, seguido novamente pela Argentina, depois aparecendo a Venezuela e com bastante distância surgindo o Paraguai e finalmente o Uruguai. A assimetria entre os Estados é clara e as condições demonstradas pelo índice apontam para um predomínio inequívoco e absoluto do Brasil em ambos os indicadores, com o país estando a frente da soma dos demais Estados com que compõem o bloco do Mercosul. A compreensão e entendimento dessas assimetrias geográficas e populacionais serve para ajudar-nos a compreender as posições dos atores na situação específica em que se foca o presente estudo.

Quadro cinco: Ranking Índice $\frac{(A+B)}{2} \times 10000$

POSIÇÃO NO RANKING	ESTADO	ÍNDICE $\frac{(A+B)}{2} \times 10000$
1º	TERRA	36,220789900
2º	BRASIL	1,0476224950
3º	ARGENTINA	0,226738355
4º	VENEZUELA	0,1468556750

5°	PARAGUAI	0,0351500200
6°	URUGUAI	0,0175033750

Fonte: O autor (2013) com dados do CIA Word Fact Book.

Quando os estados são avaliados em função de sua grandeza econômica, pelo PIB-PPP tal qual é demonstrado no quadro abaixo, a única variação em relação ao ranking geral da fórmula diz respeito à posição do Uruguai a frente do Paraguai nesta variável específica. O que contribui para demonstrar a existência de um equilíbrio entre estes Estados, que detêm grandezas semelhantes, sendo, no entanto muito inferiores aos demais.

Quadro seis: Ranking PIB PPP

POSIÇÃO NO RANKING	ESTADO	RANKING PIB PPP
1°	TERRA	84,970000
2°	BRASIL	02,394000
3°	ARGENTINA	0,7953000
4°	VENEZUELA	0,4085000
5°	URUGUAI	0,0546700
6°	PARAGUAI	0,0415500

Fonte: O autor (2013) com dados do CIA Word Fact Book.

Na avaliação em relação ao orçamento militar, os estados mantêm o ordenamento final estabelecido como resultado da fórmula. Desta vez com o Paraguai a frente do Uruguai e a assimetria de todos em relação ao Brasil permanecendo abissal, tal qual aponta o quadro sete, abaixo.

Quadro sete: Ranking Orçamento Militar (x10)

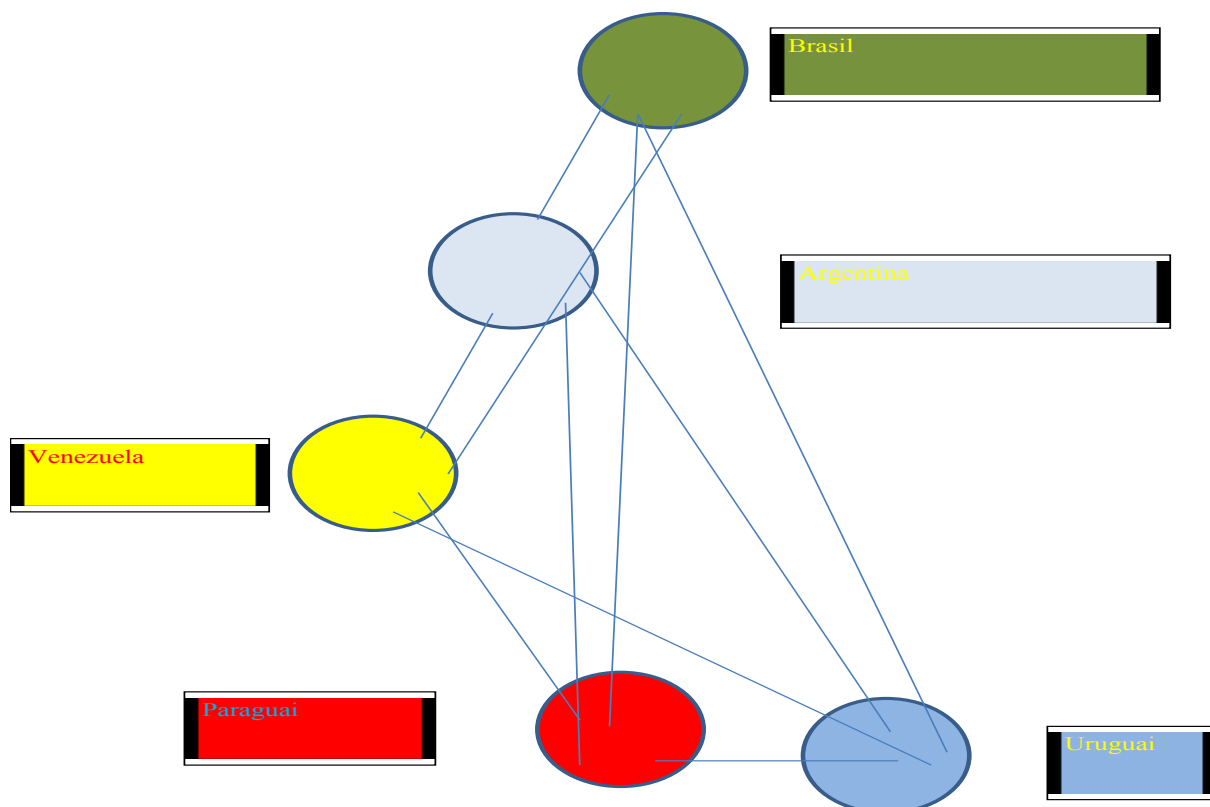
POSIÇÃO NO RANKING	ESTADO	RANKING ORÇAMENTO MILITAR (X10)
1°	TERRA	17,843700
2°	BRASIL	00,311220
3°	ARGENTINA	00,039765
4°	VENEZUELA	00,028595
5°	PARAGUAI	00,006233
6°	URUGUAI	00,004923

Fonte: O autor (2013) com dados do CIA Word Fact Book.

5.0 MAPEAMENTO DAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS ESTADOS DO BLOCO

O mapa abaixo expressa as relações de poder no mundo político, constatadas no sub-complexo analisado. Deste modo permite-se uma visão mais clara das assimetrias observadas quando da quantificação de poder dos atores. Esse mapa é adaptado daquele desenvolvido por Filho e Coelho (2008-2009) e nele se percebe um alto nível de assimetria entre os Estados, com apenas dois dos cinco estados analisados enquadrados no mesmo nível. Três níveis abaixo do nível do Brasil encontram-se a Argentina, e quatro a Venezuela, somados estes Estados não formariam polo. Uruguai e Paraguai são Estados realmente frágeis e sem grande margem para manobras, estão quatro níveis abaixo da Venezuela e sete do Brasil. Este primeiro mapa considera todos os Estados membros do MERCOSUL neste momento.

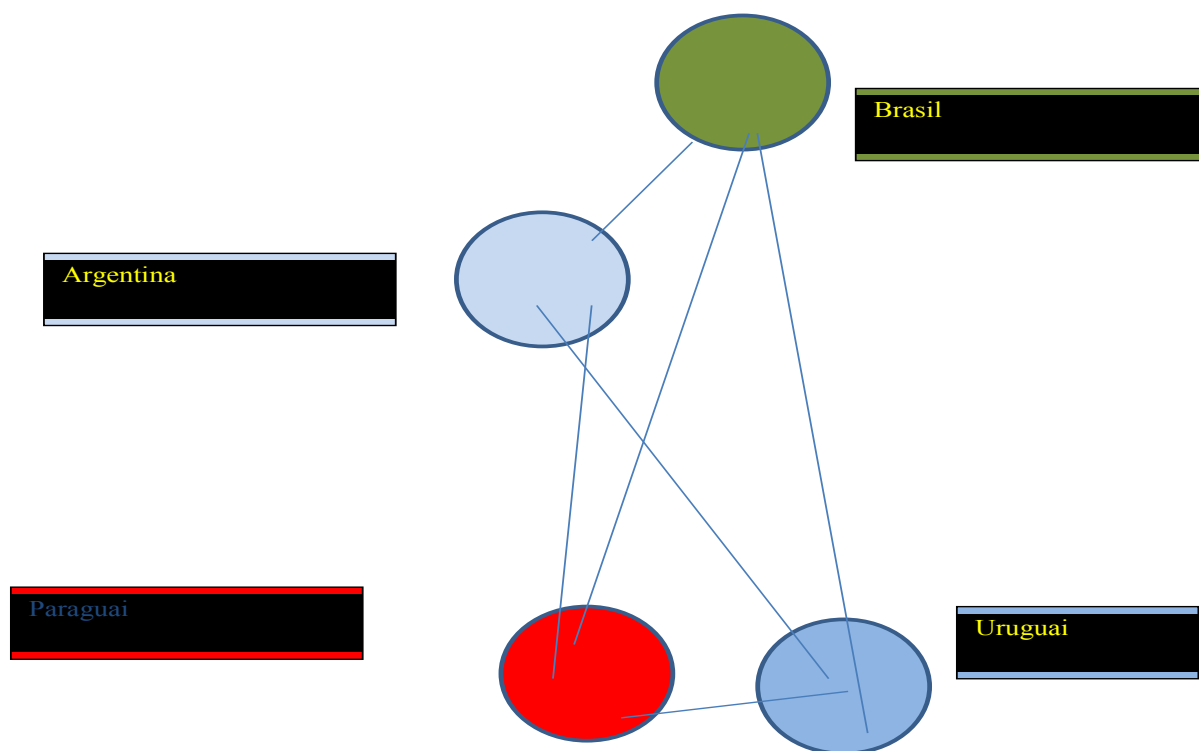
Mapa um: Relações de poder entre os Estados Analisados:



Fonte: O autor (2013) com base em Filho e Coelho (2008-2009).

O mapa que segue expressa a situação das relações de poder no mundo político, constatadas no sub-complexo analisado, quando excluída a Venezuela, dado a contemporaneidade do tema e os fatos políticos terem ocorrido no mesmo ano, os cálculos são os mesmos nas duas situações. A diferença estando neste mapa, na representação das relações de poder no Mercosul, de maneira prévia a adesão Venezuelana e afastamento do Paraguai. Pode-se notar que nesta situação a posição do Brasil é ainda mais vantajosa do que na situação com cinco atores. Entretanto a utilidade do organismo multilateral aumenta com a entrada da Venezuela já que é outro dos atores do entorno estratégico do Brasil. Para o país seria o ideal reunir todo o complexo em um único organismo, o que é feito na UNASUL. Tendo isto em conta, pode-se inferir que o MERCOSUL representa instância reservada a aliados preferenciais da superpotência (papel desempenhado pelo Brasil apenas se considerada a balança regional analisada).

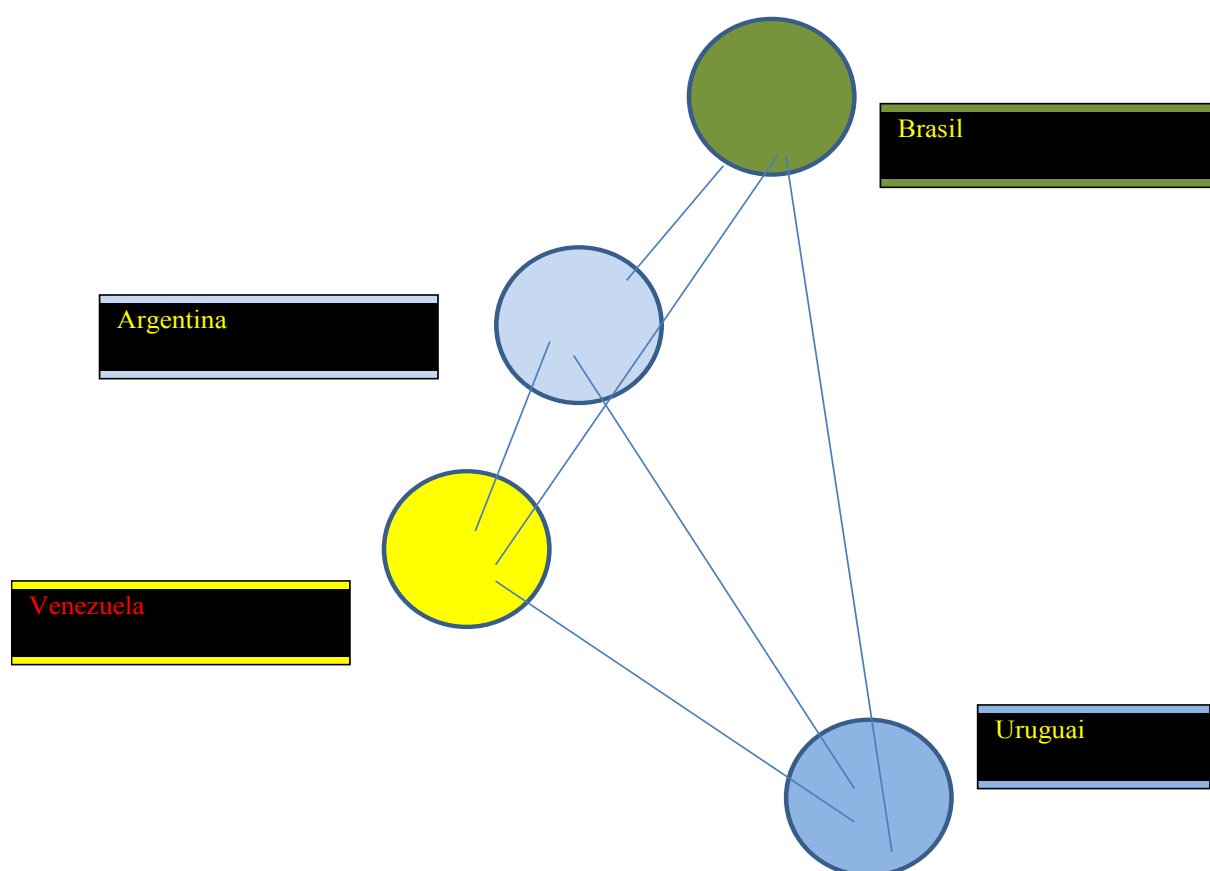
Mapa dois: Relações de poder entre os Estados analisados antes da adesão da Venezuela e exclusão do Paraguai



Fonte: O autor (2013) com base em Filho e Coelho (2008-2009).

O mapa que segue expressa a situação das relações de poder no mundo político, constatadas no sub-complexo analisado, quando excluído o Paraguai e acrescida a Venezuela, nesta situação os atores menores parecem ter uma margem um pouco maior de negociação em relação ao Brasil na instância. O que não muda em nada a condição e a dinâmica das relações já que caso houvesse um rompimento com a Venezuela, o Brasil poderia rapidamente agregar outro ator para seu lugar, tal qual ocorrido no caso do Paraguai. Esta situação parece confirmar as afirmações de Diniz (2006) sobre os relacionamentos multipolares na unipolaridade e a mínima margem de manobra de terceiros Estados em relação a superpotência, tal qual será observado mais adiante.

Mapa três: Relações de poder entre os Estados analisados depois da adesão da Venezuela e exclusão do Paraguai



Fonte: O autor (2013) com base em Filho e Coelho (2008-2009).

6.0 POSTURA DOS ATORES SEGUNDO O REALISMO OFENSIVO

Pode-se interpretar à luz do realismo ofensivo que o Brasil ocupa dentro do sub-complexo analisado a posição de hegémoma regional, dominando com larga margem uma balança de poderes completamente desequilibrada. Os reflexos desta situação significam que o país tem uma ampla margem de manobra na realização e consolidação dos seus interesses dentro deste sistema.

Essa interpretação vai ao mesmo sentido daquela estabelecida por Diniz (2006), em que este afirma que dentro do arcabouço teórico realista-ofensivo os países buscam ocupar a posição de hegémoma absoluto no sistema internacional. Como esta posição é realmente difícil de atingir, a segunda condição que mais garante a segurança aos Estados é a de hegémoma regional. Neste sentido o Estado referido dominaria um sub-complexo determinado e contaria com o poder parador das águas como meio de manter afastadas potências de outros continentes.

O poder parador das águas por sua vez é tido por Mearsheimer (2001) como um fenômeno que concerne às dificuldades de projeção de poder ao longo de obstáculos como as grandes massas de água. Para aquele autor o envio de forças terrestres por meio de obstáculos e incrivelmente desproporcional ao esforço despendido para seu envio por território contíguo. Deste modo, grandes desertos de gelo ou de calor, cadeias montanhosas e outros tipos de acidentes geográficos consistem em enormes obstáculos, mas nem um deles equipara-se ao envio de forças através dos oceanos.

Sendo assim o Brasil ocuparia posição geopolítica bastante favorável, significando que potenciais contentores, na forma de potências da ordem de EUA, Rússia e China teriam grande dificuldade de atingir seu território. Os EUA assim, ainda que distantes, seriam a maior ameaça.

Deste modo todos os países estudados, componentes do MERCOSUL, fariam parte de um sub-complexo unipolar, porém pautado em relacionamentos multipolares. Para Mearsheimer (2001) a posição de hegémoma regional é ampliada pela inexistência de hegemonia em outras regiões do planeta. Acontece, porém que dentro da metodologia estudada e dos indicadores supramencionados, a posição brasileira encontra outra hegemonia

regional, na forma daquela que é exercida pelos Estados Unidos na América do Norte. Aí surge a questão da contiguidade ou não do território do continente americano.

Admite-se aqui, que o elevado número de Estados tampões, a mínima dimensão do Istmo do Panamá, os obstáculos fornecidos pela Floresta Amazônica, além do fato de o deslocamento de tropas através destes obstáculos e do oceano, poderem colocar os EUA em situação de vulnerabilidade diante de outras potências, (ainda que relativa haja vistas o posicionamento geográfico daquele país) implica na consideração da hegemonia regional do Brasil.

Sendo assim o Brasil ocupa uma condição bastante *sui-generis* como hegémoma regional sem constituir polo no S.I. O Brasil enquadra-se segundo os cálculos de Fernandez 2012, na condição de LGP. O maior obstáculo à afirmação polar do Brasil tendo em conta o espaço vital e a densidade populacional adequada é a condição tecnológica e a vontade de executar as estratégias nacionais, que necessitariam de respaldo nuclear para que o país tivesse margem de manobra proporcional a sua dimensão no S.I. quando confrontando a política das grandes potências.

No seu sub-complexo, entretanto, o Brasil é soberano e nessas condições as afirmações de Diniz (2006) sobre os relacionamentos unipolares na multipolaridade ajudam a explicar o processo da entrada da Venezuela no MERCOSUL em detrimento da posição do Paraguai. Primeiramente deve se ter em conta que Diniz (2006) afirma sua crença na existência de um único hegémoma regional, no caso os EUA. Aqui se acredita, há seu tempo, que o Brasil também dispõe de hegemonia regional em seu sub-complexo ao admitir-se a existência de dois e não um complexo regional no continente americano.

Sendo assim o Brasil seria hegémoma na América do Sul, e os EUA nas Américas central e do norte. Entretanto há uma substancial diferença na capacidade destes atores. A principal é a não posse por parte do Brasil de armas nucleares, no que consiste em um movimento temerário de sua liderança política. A segunda diz respeito aos EUA serem o estado polar mais forte no sistema e gozarem de posição geográfica privilegiada em relação a atual potência desafiante, a China. Deste modo para Diniz (2006) os EUA deveriam evitar a todo o custo o surgimento de um novo hegémoma regional, com Diniz (2006) acreditando ser a China a ameaça principal na atualidade. Entretanto, em nossa posição o Brasil ocupa já situação de hegemonia regional sem capacidade de projeção de poder global, pelo que é um hegémoma, mas não um polo. Deste modo é racionalmente aceitável que o cálculo racional do Brasil reflita uma posição conservadora.

Enquanto único LGP possuidor de hegemonia regional o Estado possui uma razoável margem de manobra no S.I.Ao mesmo tempo em que não é possuidor de capacidades estratégicas o Estado está em posição defensiva privilegiada em relação ao poder parador da água tornando muito caro para potenciais agressores um eventual ataque sobre seus territórios.

Para os EUA, é muito mais preocupante uma ascensão da China, do que uma hegemonia branda do Brasil. Então é natural que os EUA admitam o domínio brasileiro no complexo sul-americano, desfraldando por vezes sua bandeira de modo, a avisar ao Brasil que não conteste sua hegemonia a nível macro continental ao invés de deslocar forças para reduzir a dimensão já estabelecida pelo Brasil, de modo a focar suas forças em balanças de poder multipolares. Sendo assim temos os elementos para uma balança de poder sui generis, estável e potencialmente conservadora. O Brasil estando estabelecido como hegemonia regional, sem, no entanto afirmar-se como polo sistêmico. Os EUA estabelecidos como único hegêmona regional polar no mundo e a China assumindo o papel de potencial desafiante.

Deste modo, apesar de o Brasil permanecer como um problema em potencial, a China é muito mais preocupante aos olhos da superpotência. Assim o Brasil posiciona-se com vistas a conservar sua posição na estrutura do SI, como LGP, e buscar paulatinamente ampliar suas forças com vistas à no futuro poder tornar-se um polo, já que uma maior afirmação iria demandar os custos de um desafio direto aos EUA.

O Brasil tem posição extremamente confortável e boa margem de manobras para negociação. Um crescimento tecnológico-bélico vertiginoso, que possibilitasse ao país capacidades de *secondstrike*, seria a posição ideal do ponto de vista estratégico. Entretanto uma decisão política nesse sentido não foi tomada, ao contrário de outros países baleias como a Índia por exemplo.

Conclui-se daí que a agenda política sul-americana é pautada sobretudo pelo Brasil, com potenciais intervenções dos EUA. O movimento em pró da Venezuela em detrimento do Paraguai só foi possível graças à posição deste país enquanto aliado preferencial do Brasil e em resposta política a entrada de um governo desfavorável no Paraguai.

Conforme Diniz (2006), em balanças unipolares, há o mínimo poder de barganha de aliados em relação à potência unipolar, que no complexo em questão é representada pelo Brasil. Acrescenta-se a isso a existência de posição geográfica e recursos críticos de maior interesse para o Brasil em relação à Venezuela, detentora de maior fluxo comercial, e grande reserva de petróleo, bem como poderio militar razoável; do que em relação ao Paraguai, sem

acesso para o mar, com economia e população bem menores que o Brasil, e cercado de países mais alinhados as estratégias brasileiras.

7.0 ANÁLISE QUALITATIVA DO PROBLEMA

Muito embora este estudo seja essencialmente quantitativo, alguns especialistas de outras correntes pontuam para a necessidade de realização também de análises qualitativas quando da realização de pesquisas no campo das ciências sócias, o que inclui a disciplina de Relações Internacionais e a área correlata de Estudos Estratégicos Internacionais. Sendo assim de modo a cruzar as interpretações das análises quantitativas se torna necessário, um breve parênteses no texto, de modo que o leitor possa situar-se em meio as questões tangentes a problemática aqui tratada.

Sendo assim podemos recorrer a Costa (2013), que afirma em suas análises considerar que a entrada da Venezuela no processo de integração do MERCOSUL transcende os aspectos puramente econômicos, sendo também um vetor de integração em níveis intangíveis, como o cultural. Vale pontuar-se que contrastando com a presente análise, aquele autor não adentra a seara da questão militar e do poder para proceder as suas proposições, o que é epistemologicamente coerente com sua escola de pensamento muito mais voltada ao estruturalismo e ao construtivismo.

Teruchkin (2006) por sua vez considera em uma análise prévia ao fato político em si, que a adesão da Venezuela devia ser observada preponderantemente sob duas distintas ópticas, uma em relação a dimensão econômica e outra consoante a questão política.

Por esse ponto de vista opiniões divergentes apontavam para um grupo de detratores da entrada daquele país no Bloco, que argumentavam, tendo em vista as características do regime político e do próprio presidente então em exercício naquela pátria, Hugo ChávezFrías, já falecido, que envergava uma retórica anti-imperialista e nacional-desenvolvimentista, que poderia causar prejuízos ao Bloco. TERUCHKIN (2006).

Do outro lado havia um grupo, que baseado no potencial do mercado consumidor daquele país, ao peso político que este agregaria em negociações com terceiras partes e em

questões de caráter estratégico, que envolviam as grandes reservas petrolíferas daquela pátria, que argumentava defendendo a adesão deste Estado. TERUCHKIN (2006).

Muito embora as superficiais análises qualitativas dos autores acima, outros autores como Barbosa (2008) procuram abordar, tal qual neste trabalho acadêmico, a problemática do ingresso da Venezuela no Mercosul com um viés inicial geopolítico, sendo assim ele pontua que a América do Sul representa para o Brasil o seu entorno geográfico mais próximo, bem como a região aonde este é preponderante sob qualquer argumento ou critério sejam eles “seja o território, a população, os recursos naturais, a indústria ou o avanço tecnológico.”.

Deste modo Barbosa (2008) elabora suas análises qualitativas partindo do pressuposto de que o Brasil é predominante em seu entorno geográfico para apontar seja o território, a população, os recursos naturais, a indústria ou o avanço tecnológico.

Sendo assim o autor supracitado afirma que presentemente existe uma “ideologização das decisões e a politização das negociações comerciais, características que moldam as prioridades da política externa do atual governo”, o mesmo também pontua que tal situação se reflete na ação diplomática do Itamaraty na América do Sul.

Barbosa (2008) esclarece que a conjuntura que permeia esse processo, e na qual se insere o fenômeno foco deste estudo é de profunda transformação no mapa político e no cenário econômico na América do Sul, pautada pela emergência de movimentos sociais, mesclada a aspectos do poder indígena como alavanca de novas lideranças.

Esse cenário, para aquele autor faz ressurgir na ordem do dia “um acentuado apelo popular nacionalista, antiglobalizante e de forte viés anti-americano, cujo epicentro são os países andinos, especialmente a Bolívia, o Equador e a Venezuela.” Tais acontecimentos, ainda para Barbosa (2008) se dão no quadro quadro de sociedades que se caracterizam por altos índices de pobreza e desigualdade cujas economias se percebem beneficiadas pela explosão dos preços internacionais das suas poucas commodities de exportação. Conjuntura essa que favorece os processos de estatização dos recursos naturais e de crescente polarização política interna.

Sendo assim pode-se perceber nas análises qualitativas de Barbosa (2008), que vão para além dos fragmentos aqui expostos, que o mesmo aponta para os fatores de caráter ideológicos como sendo preponderantes na conjuntura que culmina no processo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Essa análise portanto caminha por direções que não são opostas as

interpretações de Costa (2013) e de Teruchkin (2006), ao menos vão por caminhos que não são exatamente entrelaçados.

Assim podemos notar que o fenômeno em análise ainda suscita debates de variadas ordens e distintas interpretações. Como é comum nas ciências sociais, diferentes paradigmas sustentam diferentes lentes que quando aplicadas a um determinado fenômeno acabam por gerar respostas que não são idênticas e em muitos aspectos, inclusive, são contraditórias entre si, culminando em conflitos de matiz acadêmica. Apesar de serem importantes as ponderações acima também são apenas parte de um emaranhado de considerações e de nuances que perpassam aspectos acerca do fenômeno ora sob análise.

Outra análise interessante a ser feita sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL é a da mensuração do impacto econômico que este fato político pode vir a gerar. Coelho et al. (2006), conduziram um estudo nesse sentido, que teve como objetivo analisar os impactos da entrada da Venezuela no Mercosul se utilizando para este intentado modelo de equilíbrio geral computável multi-setorial e multi-regional Global Trade Analysis Project (GTAP).

Segundo os autores supramencionados “o modelo GTAP é amplamente utilizado para estimar o impacto de liberalização tarifária sobre uma economia.”. Para os mesmos alguns exemplos de estudos recentes que utilizam modelos de equilíbrio geral computável para este fim, incluem trabalhos do Centre d’Études Prospectives et D’Informations Internationales (CEPII), como Jean, Laborde e Martin (2005) e Bchir, Fontegn  e Jean (2005), e no Brasil estudos de Coelho et al. (2005) e Ferreira Filho e Horridge (2005).

Naquela análise, de viés predominantemente quantitativo, os resultados extraídos apontaram que o Brasil apareceria como maior beneficiário do acordo, com uma grande ampliação do fluxo comercial entre as nações com reflexos em setores importantes como o têxtil e o automotivo. As previsões apontando para um aumento na casa de 150 a 200% nas exportações brasileiras destes setores para a Venezuela, com aumento da produção na ordem de 1 à 3%. Os indicadores sociais apresentariam na Venezuela aumento da inflação resultante da ampliação do consumo de bens de médio e alto valor agregado pelas famílias.

Doravante Coelho et al. (2005) tenham tido essas conclusões, àqueles autores também apresentam ao termo do seu estudo uma análise qualitativa dos riscos políticos envolvidos. Que representariam uma menor aproximação em relação a países como os EUA, e talvez a outros blocos como a União Europeia (UE).

Sendo assim passa-se agora as considerações finais sobre o estudo, onde serão apresentadas as contribuições auferidas com a pesquisa e os resultados apresentados. Deste modo finalizando a presente monografia.

8.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como o Realismo Ofensivo pode explicar a postura dos atores no caso do ingresso da Venezuela ao MERCOSUL? A pesquisa teve como objetivos específicos: a) Mensurar o poder pressuposto de cada um dos Estados do bloco; b) Mapear as relações de poder entre os Estados do bloco antes e depois da adesão da Venezuela e c) Entender à luz do Realismo Ofensivo a postura de cada um dos atores no processo de adesão da Venezuela.

O primeiro objetivo foi atingido no item 4.0 apontando que o Brasil era o Estado mais forte no complexo analisado, caracterizando uma balança de poder regional unipolar. As relações nesta balança foram demonstradas no item 5.0 demonstrando a assimetria de poderes anteriormente constatada em quadros, de modo cognitivo. Finalmente o último objetivo específico foi atendido no item 6.0, nesta altura sendo demonstrado que a atitude do Brasil foi determinante para apontar a postura de todos os atores, já que segundo o realismo ofensivo a política é determinada pelos polos sistêmicos e na existência de um único polo é este que determina a agenda internacional.

Entre as contribuições teóricas, aqui se postula, a diferença do que afirmou Diniz (2006) a existência de um segundo hegémoma regional no S.I. Contemporâneo, ainda que o mesmo fosse considerado um LGP. Nesse caso o Brasil e os EUA teriam este status, ainda que apenas os EUA fosse polo sistêmico. Deste modo a análise demonstra os motivos pelos quais os EUA teriam menos poder ou interesse de intervir no complexo analisado em relação ao Brasil à luz do poder parador das águas.

Entre as limitações do estudo encontra-se o fato da metodologia utilizada, basear-se em indicadores de caráter exclusivamente quantitativo, e poder não englobar a totalidade das variáveis que influenciam no poder de um Estado com o trabalho focando-se em buscar apenas as generalizações.

Como indicações de novas pesquisas são necessários estudos qualitativos mais aprofundados, e baseados em outras abordagens teóricas capazes de ampliar a compreensão sobre o caso estudado à luz de outras perspectivas paradigmáticas.

9.0 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul em sua primeira década (1991-2001)**: Uma avaliação política a partir do Brasil. Buenos Aires: ed. INTAL-ITD-STA, 2002.

ADESÃO da Venezuela ao Mercosul ainda pode ser contestada juridicamente: A adesão da Venezuela ao Mercosul, que começará a ser formalizada nesta terça-feira, em Brasília, ainda pode ser contestada juridicamente pelo Paraguai, segundo fontes do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR), com sede em Assunção, ouvidas pela BBC Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120730_venezuela_mercosul_tribunal_m_c_ac.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2013.

ALMEIDA, Tatiana Schmitz de. **Globalização, Integração e Direitos Humanos**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v.3, n.3, p. 1-18, jan./jun. 2008

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2009. p.59-63.

ARON, Raymond. **Paix et Guerre entre les Nations**. Paris: ed. Calmann-Lévy édit, 1962.

BARBOSA, Rubens. A política externa do Brasil para a América do Sul eo ingresso da Venezuela no Mercosul. **Interesse Nacional**, p. 11-21, 2008.

BERTAZZO, Roberto Portella. Dogfight Sobre a Selva. **Asas: Revista de Cultura e História da Aviação**, São Paulo, n. 23, fev/mar, 2005.

CARNEIRO, Wellington Pereira. De frente para o crime: a política externa brasileira diante dos crimes contra a humanidade no Pós-Guerra Fria: da intervenção humanitária à ampliação do Conselho de Segurança. **Relações Internacionais**, v. 6, n. 2, 2009.

CIA. **WordFactBook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 15 setembro de 2013.

COELHO, Allexandro Mori et al. Impacto de entrada da Venezuela no MERCOSUL: uma simulação com modelo de equilíbrio geral computável. **Textos para Discussão FGV/EESP**, 2006.

COSTA, Rogério Santos da; FERNANDEZ, Felipe. A Compatibilidade Entre Instituições em Processos de Integração e o Discurso Transformador dos Governos de Esquerda na América Latina: Limites e Possibilidades á Partir de uma Abordagem Marxista das Instituições Internacionais. In. LADWIG, Nilzo Ivo; COSTA, Rogério Santos Da. **Sustentabilidade e Gestão Estratégica: Debates e Experiências Interdisciplinares**. Palhoça: ed. Unisul, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DINIZ, Eugênio. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade – Uma discussão Teórica Realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n.2, v.28, p. 505-565, jul./dez. 2006.

FERNANDES, Antônio José. O Brasil e o sistema mundial de poderes. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, n.44, v.1, p.94-111, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a07v44n1.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2012.

FERNANDEZ, Felipe. **O Sistema Internacional Contemporâneo e a Aspiração do Brasil ao CSNU: Um Estudo de Capacidades Estratégicas Comparadas**. 2012. 91 f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade do Sul de Santa Catarina (unisul), Florianópolis, 2012.

FILHO, José Luiz Niemeyer dos Santos. COELHO, Paulo Sérgio de Souza. Estado, Defesa e Sistema Internacional: uma “matemática” para o pós-Guerra Fria. **Revista Política Externa**, São Paulo, v.17, n.3, p.65-77,dez./jan./fev. 2008-2009.

GIL, Antônio Carlos. **Metódos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFMANN apud SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Willian. **Dicionário de relações internacionais**. Barueri: Manoele, 2005. p.224.

JERVIS, Robert. Realism, neoliberalism, and cooperation: understanding the debate. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 42-63, 1999.

KAPLAN, Morton. **System and Process in International Politics**. New York: John Wiley & Sons, 1957.

MARTINS, José Miguel Quedi. **Digitalização e Guerra Local: Como Fatores do Equilíbrio Internacional**. 2008. 326 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14405>>. Acesso em 15/11/2012.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. WW Norton & Company, 2001.

MERCOSUL “ganha” Venezuela e riscos jurídicos. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/2774536/mercosul-“ganha”-venezuela-e-riscos-juridicos>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Livraria Almedina, 1996. p. 208-209.

PETROLLINI, Darío. **Realismo Ofensivo y Realismo Defensivo: El debate Intrarrealista**. Consulta realizada el, v. 28, p. 1-9, 2007.

PISTONE, Sérgio. Relações Internacionais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 1.090. v.1.

RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In. BEUREN, Ilse Maria. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REZENDE, Lucas Pereira. **Brasil Hegêmona?: A Balança de Poder na América do Sul**. 2005. 85 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais,

Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/2549051/BRASIL_HEGEMONIA_A_BALANCA_DE_PODER_NA_AMERICA_DO_SUL>. Acesso em: 01 dez. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHMAN, ALEXANDRE RATNER. A avaliação de poder nas relações internacionais. Lua Nova–Revista de, 1999.

SCHWELLER, Randall L. New Realist Research on Alliances: Refining, not Refuting, Waltz's Balancing Proposition. **American Political Science Review**, v. 91, n. 4, p. 927-930, dez. 1997.

SILVA, Guilherme A.; Gonçalves, Willian. **Dicionário de relações internacionais**. Barueri: Manoele, 2005. p.224.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de integração regional: União Europeia, Mercosul e Unasul**. 2013.

TERUCHKIN, Sônia Unikowsky. Ampliação do Mercosul: A adesão da Venezuela. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 34, n. 3, p. 45-50, 2006.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. .3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.